

Município de Braço do Trombudo

Controladoria Municipal

Unidade Operacional de Controle Interno

UNIDADE	Poder Executivo de Braço do Trombudo
RESPONSÁVEL	Sr. Nildo Melmestet - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Relatório do Controle Interno
RELATÓRIO N°	4/2021
PERÍODO	1º Quadrimestre

3. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

3.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o 1º Quadrimestre de 2021 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município **aplicou** (liquidou) o montante de **R\$ 865.966,64** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **14,20%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MENOR o valor de **R\$ 48.673,14**, representando **0,80%** do mesmo parâmetro, **DESCUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

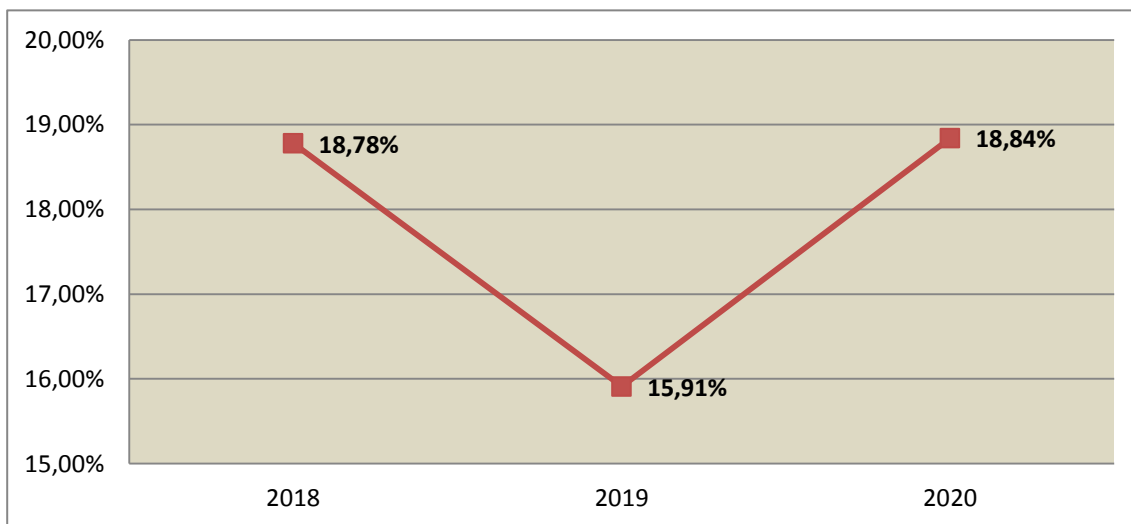
Quadro 01 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 1º Quadrimestre de 2021

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	6.097.598,54	100,00
Total das Despesas Liquidadas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	865.966,64	14,20
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	865.966,64	14,20
Valor Mínimo a ser Aplicado	914.639,78	15,00
Valor Abaixo do Limite	48.673,14	0,80

Fonte: Sistema de Gestão Betha Sapo.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Gráfico 01 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2018 – 2020



Fonte: Sistema de Gestão Betha Sapo.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Braço do Trombudo em 2020 ampliou seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

3.2. Ensino

3.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (1º Quadrimestre) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 1.533.843,69** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **25,15%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 9.444,05**, representando **0,15%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

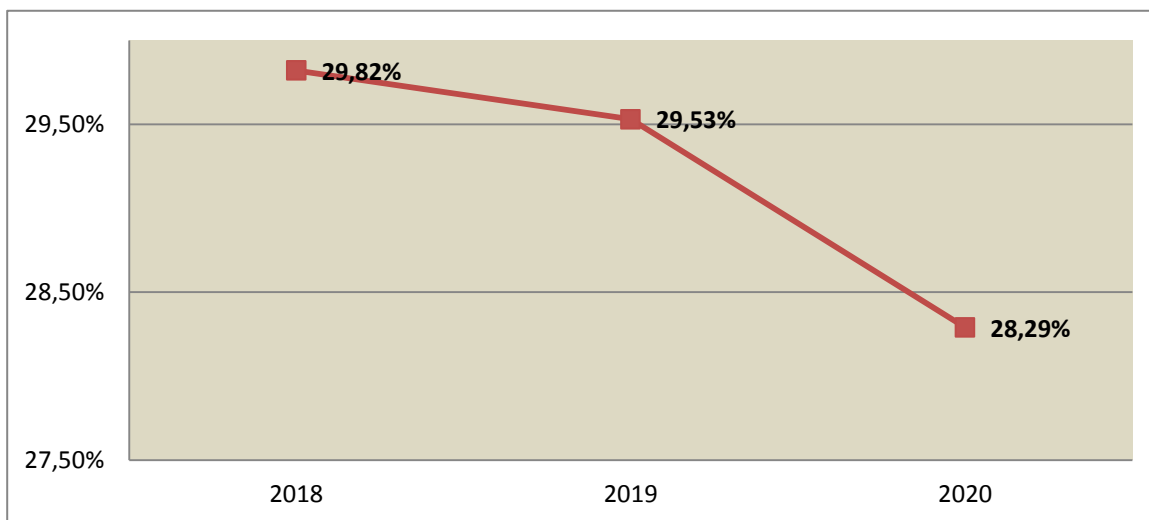
Quadro 02 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 1º Quadrimestre

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	6.097.598,54	100
Total das Despesas com Recursos do Fundeb	1.122.482,54	18,41
Valor Aplicado Educação Infantil	339.071,36	5,56
Valor Aplicado Ensino Fundamental	37.896,81	0,62
(-) Resultado Líquido das Transferências do Fundeb	-34.392,98	0,56
Total das Despesas para efeito de Cálculo	1.533.843,69	25,15
Valor Mínimo a ser Aplicado	1.524.399,64	25
Valor Acima do Limite (25%)	9.444,05	0,15

Fonte: Sistema de Gestão Betha Sapo.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Gráfico 02 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2018 – 2020



Fonte: Sistema de Gestão Betha Sapo.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Braço do Trombudo em 2020 reduziu seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

3.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 70% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 212-A, XI, Constituição Federal de 1988 c/c art. 26 da Lei nº 14.113/20.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 1.098.457,09**, equivalendo a **98,91%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício,

CUMPRINDO o estabelecido no art. 212-A, XI, da Constituição Federal de 1988 c/c art. 26 da Lei Federal nº 14.113/20.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

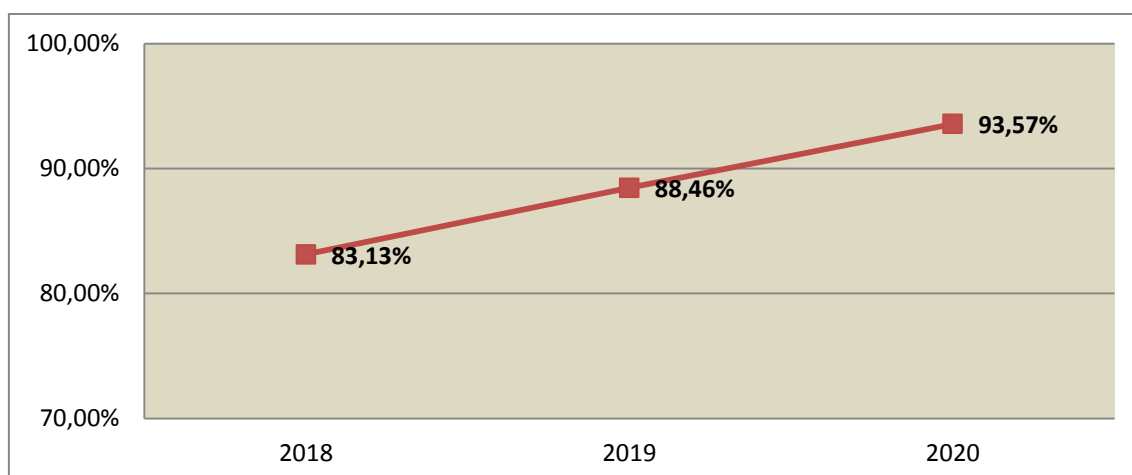
Quadro 03 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB:
1º Quadrimestre

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	1.110.268,84
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	261,20
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	1.110.530,04
70% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	777.371,03
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB	1.098.457,09
Valor Acima do Limite	321.086,06

Fonte: Sistema de Gestão Betha Sapo.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

Gráfico 03 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2018 – 2020



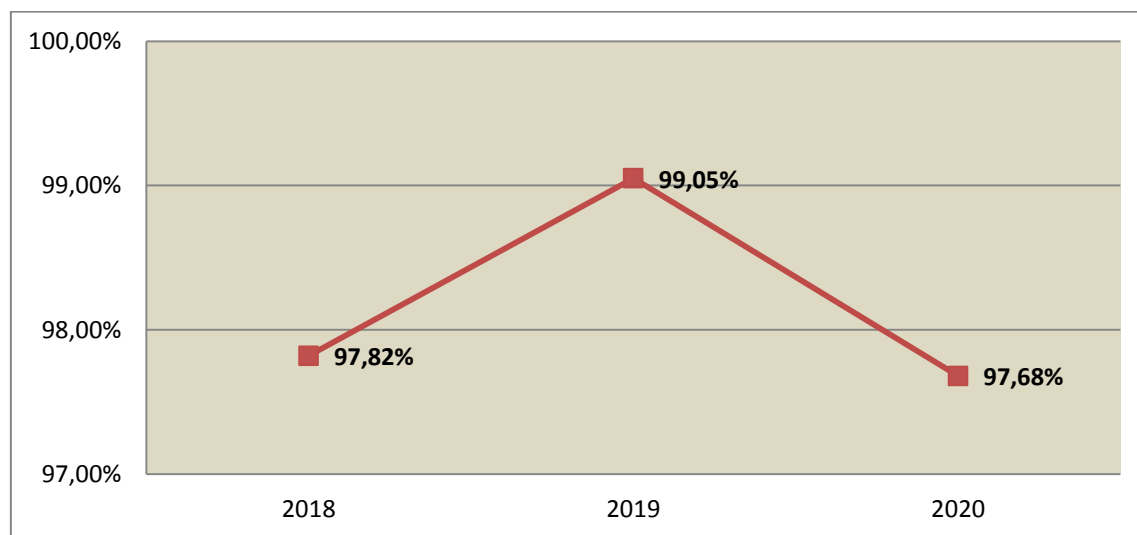
Fonte: Sistema de Gestão Betha Sapo.

Limite 2: aplicação de até 30% dos recursos oriundos do FUNDEB (no quadrimestre em análise) nas demais ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, observada a obrigatoriedade de se aplicar 15% dos recursos oriundos da complementação-VAAT em despesas de capital e a prioridade de 50% da complementação-VAAT direcionada à educação infantil.

Não houve o recebimento de recursos relativos à complementação-VAAT até o 1º Quadrimestre.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

Gráfico 04 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2018 – 2020



Fonte: Sistema de Gestão Betha Sapo.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, o Município de Braço do Trombudo reduziu sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município utilizou integralmente, no 1º trimestre, mediante a abertura de crédito adicional, o saldo anterior dos recursos do FUNDEB no valor de **R\$ 44.236,65, CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007 (Obs.: Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal).

3.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

3.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 04 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 1º Quadrimestre

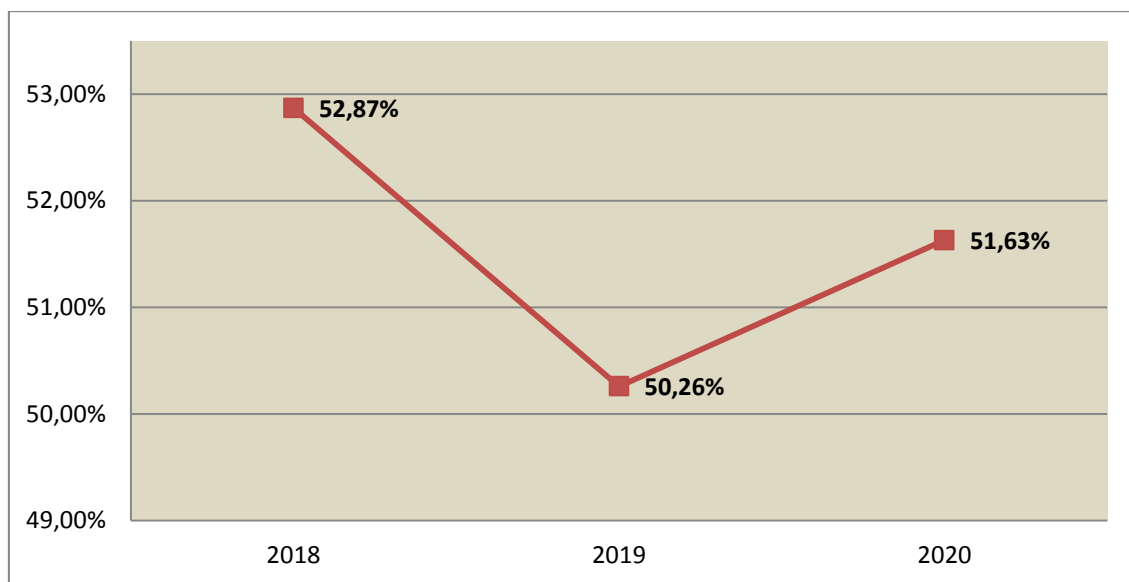
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	22.108.751,10	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	13.265.250,66	60,00
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	11.192.183,79	50,62
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	557.818,36	2,52
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	11.750.002,15	53,14
Valor Abaixo do Limite (60%)	1.515.248,51	6,85

Fonte: Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadrimestre em exame, o Município gastou **53,14%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

Gráfico 05 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2018 – 2020



Fonte: Sistema de Gestão Betha Sapo.

O gráfico anterior mostra o aumento dos gastos com pessoal do Município de Braço do Trombudo, quando comparado ao exercício anterior.

3.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 05 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 1º Quadrimestre

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	22.108.751,10	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	11.938.725,59	54,00
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO	11.192.183,79	50,62
Valor Abaixo do Limite (54%)	746.541,80	3,38

Fonte: Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

3.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 06 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 1º Quadrimestre

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	22.108.751,10	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	1.326.525,07	6,00
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO	557.818,36	2,35
Valor Abaixo do Limite (6%)	768.706,71	3,65

Fonte: Sistema de Gestão Betha Sapo.

O Poder Legislativo gastou, no quadrimestre em exame, **2,35%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.